CHRISTIANE MINA FALSARELLA

A deliberação no Supremo Tribunal Federal

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Dr. Manoel Gonçalves Ferreira Filho

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2018

CHRISTIANE MINA FALSARELLA

A deliberação no Supremo Tribunal Federal

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito do Estado, sob a orientação do Prof. Dr. Manoel Gonçalves Ferreira Filho.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2018

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Falsarella, Christiane Mina

A deliberação no Supremo Tribunal Federal / Christiane Mina Falsarella; orientador Manoel Gonçalves Ferreira Filho -- São Paulo, 2018. 177.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Deliberação. 2. Cortes Constitucionais. 3. Supremo Tribunal Federal. 4. Aperfeiçoamento. I. Ferreira Filho, Manoel Gonçalves, orient. II. Título.

Versão corrigida nos termos da Resolução CoPGr nº 6018, de 13 de outubro de 2011.

Agradecimentos

Agradeço ao professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho não só pela atenciosa orientação, mas também pela oportunidade de conviver e aprender com sua imensa cultura jurídica. Agradeço aos professores Elival da Silva Ramos e José Renato Nalini pela leitura atenta e pelas contribuições dadas a este trabalho por ocasião do exame de qualificação. Agradeço à professora Elise Untermaier-Kerleo, da Université Jean Moulin Lyon 3, pela bibliografia que gentilmente me disponibilizou a respeito do Conselho Constitucional francês e pelas conversas que tivemos sobre o tema. Agradeço, ainda, à minha mãe, Vanda, sempre dedicada e companhia para todas as horas, ao meu pai, Orandi, pelo exemplo e pelo incentivo a minhas investidas acadêmicas, e aos meus irmãos, Priscila e Thiago, amigos que eu tive a sorte de ter por perto desde pequena. Por fim, agradeço ao Fernando, por estar ao meu lado em mais esta etapa e por tudo o que, com amor, estamos construindo juntos.

À minhas queridas filhinhas.

Sofia, meiga e delicada, acompanhou com curiosidade todo o período do doutorado. Inteligente, já se mostra – ela também – propensa aos estudos.

Depois nasceu a Julia. Muito esperta e sapeca, mas não menos carinhosa. Sempre sorridente, veio completar minha alegria!

Resumo

FALSARELLA, Christiane Mina. A deliberação no Supremo Tribunal Federal. 2018. 177 f. Doutorado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

O presente trabalho se dedica ao exame da prática deliberativa do Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de oferecer propostas para o seu aperfeiçoamento. A discussão mostra-se especialmente relevante no atual contexto brasileiro, em que se observa um tribunal cada vez mais atuante, bem como um movimento de valorização dos seus precedentes, ao mesmo tempo em que se constata a existência de diversos aspectos de sua deliberação que estão a merecer reparos. Uma deliberação qualificada, além de conferir maior legitimidade à sua atuação no controle de constitucionalidade da legislação, contribuiria para o efetivo fortalecimento de sua jurisprudência. Diante desse quadro, é analisada a sistemática do Supremo Tribunal Federal, compreendendo a sua configuração geral, o sistema de controle de constitucionalidade nacional e a sua prática deliberativa, seguida da apresentação das críticas que têm sido endereçadas a esta prática e que identificam, sobretudo, um déficit de colegialidade. É analisada, igualmente, a sistemática de outras Cortes Constitucionais selecionadas (Conselho Constitucional da França, Tribunal Constitucional de Portugal, Tribunal Constitucional Federal da Alemanha e Suprema Corte dos Estados Unidos), com vistas a colher experiências que possam colaborar na busca de uma solução para enfrentar a questão interna. A partir daí, são apresentadas propostas para o aperfeiçoamento da deliberação do Supremo Tribunal Federal, que constituem nossa contribuição ao estudo do tema.

Palavras-chave: Cortes Constitucionais; Supremo Tribunal Federal; deliberação; aperfeiçoamento.

Abstract

FALSARELLA, Christiane Mina. The deliberation in the Supreme Federal Court. 2018. 177 f. Doctorate – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2018.

The present work is dedicated to the examination of the deliberative practice of the Supreme Federal Court, with the objective of offering proposals for its improvement. The discussion is especially relevant at the current Brazilian context, in which is observed an increasingly active court, as well as a movement to valorize its precedents, at the same time that is verified the existence of several aspects of its deliberation which deserves repairs. A qualified deliberation, besides granting greater legitimacy to its action of judicial review, would contribute to the effective strengthening of its jurisprudence. Before this scenario, the systematic of the Supreme Federal Court is analysed, including its general configuration, the national system of constitutionality control and its deliberative practice, followed by the presentation of the criticisms that have been addressed to this practice, and which identify, above all, a deficit of collegiality. The systematic of other Constitutional Courts (the Constitutional Council of France, the Constitutional Court of Portugal, the Federal Constitutional Court of Germany, and the United States Supreme Court) is also examined, intending to gather experiences that may help to find a solution to address the internal issue. Thenceforth, are presented proposals for the improvement of the Supreme Federal Court deliberation, which constitute our contribution to the study of the subject.

Key-words: Constitutional Courts; Supreme Federal Court; deliberation; improvement.

Résumé

FALSARELLA, Christiane Mina. La délibération dans le Tribunal fédéral suprême. 2018. 177 f. Doctorat – Faculté de Droit, Université de São Paulo, São Paulo, 2018.

Le présent travail est consacré à l'examen de la pratique délibérative du Tribunal fédéral suprême, avec l'objectif de présenter des propositions pour son perfectionnement. La discussion est particulièrement pertinente dans le contexte brésilien actuel, dans lequel il est observé un tribunal de plus en plus actif, ainsi qu'un mouvement pour valoriser ses précédents, en même temps que se vérifie l'existence de plusieurs aspects de sa délibération qui méritent des réparations. Une délibération qualifiée, au-delà de donner une plus grande légitimité à son action dans le contrôle de la constitutionnalité de la législation, contribuerait au renforcement effectif de sa jurisprudence. Dans ce scénario, il est analysée la systématique du Tribunal fédéral suprême, y compris sa configuration générale, le système de contrôle de la constitutionnalité nationale et sa pratique délibérative, suivi par la présentation des critiques qui sont adressées à cette pratique et qui identifient surtout un manque de collégialité. La systématique d'autres Cours constitutionnelles sélectionnées (le Conseil constitutionnel de France, le Tribunal constitutionnel du Portugal, le Tribunal constitutionnel fédéral d'Allemagne et la Cour suprême des États-Unis) est également analysée, en vue de recueillir des expériences qui pourraient aider à trouver une solution pour le problème interne. A partir de là, sont présentées des propositions pour le perfectionnement de la délibération du Tribunal fédéral suprême, qui constituent notre contribution à l'étude du sujet.

Mots-clés: Cours constitutionnelles; Tribunal fédéral suprême; délibération; perfectionnement.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
Capítulo 1: A DELIBERAÇÃO NAS CORTES CONSTITUCIONAIS.....	14
Capítulo 2: A SISTEMÁTICA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	29
2.1. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e deliberação.....	29
2.1.1. O atual papel da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e os mecanismos de expansão da eficácia de suas decisões.....	29
2.1.2. A importância de uma deliberação qualificada para o efetivo fortalecimento da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	35
2.2. O Supremo Tribunal Federal.....	43
2.3. O controle de constitucionalidade brasileiro.....	46
2.4. A deliberação no Supremo Tribunal Federal.....	50
2.5. Críticas à deliberação do Supremo Tribunal Federal.....	64
Capítulo 3: A EXPERIÊNCIA DE CORTES CONSTITUCIONAIS ESTRANGEIRAS.....	86
3.1. A sistemática do Conselho Constitucional francês.....	88
3.1.1. O Conselho Constitucional.....	88
3.1.2. O controle de constitucionalidade francês.....	93
3.1.3. A deliberação no Conselho Constitucional.....	95
3.2. A sistemática do Tribunal Constitucional português.....	102
3.2.1. O Tribunal Constitucional.....	102
3.2.2. O controle de constitucionalidade português.....	104
3.2.3. A deliberação no Tribunal Constitucional.....	107
3.3. A sistemática do Tribunal Constitucional Federal alemão.....	111
3.3.1. O Tribunal Constitucional Federal.....	111
3.3.2. O controle de constitucionalidade alemão.....	113
3.3.3. A deliberação no Tribunal Constitucional Federal.....	116
3.4. A sistemática da Suprema Corte norte-americana.....	120
3.4.1. A Suprema Corte.....	121
3.4.2. O controle de constitucionalidade norte-americano.....	124
3.4.3. A deliberação na Suprema Corte.....	126
3.5. Análise da experiência das Cortes Constitucionais estrangeiras à luz da prática deliberativa nacional.....	134

Capítulo 4: PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO DA DELIBERAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	139
4.1. Medidas propostas.....	142
4.1.1. Adoção pelos Ministros de uma postura aberta ao debate.....	142
4.1.2. Enfoque na atuação colegiada voltada à obtenção de consenso....	144
4.1.3. Adiantamento do voto do relator aos demais Ministros.....	145
4.1.4. Possibilidade de separação da sessão plenária em três etapas.....	149
4.1.5. Instituição de sessões de debates reservadas aos Ministros.....	151
4.1.6. Alteração da dinâmica da sessão de julgamento.....	155
4.1.7. Fixação da tese jurídica acolhida pela corte.....	157
4.1.8. Formalização das decisões de modo institucional.....	158
4.2. Considerações sobre as propostas apresentadas.....	160
CONCLUSÃO.....	161
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	165

INTRODUÇÃO

O Supremo Tribunal Federal, enquanto corte encarregada precipuamente da guarda da Constituição, e na condição de órgão de cúpula do Poder Judiciário brasileiro, ocupa posição central no cenário jurídico nacional. E, na atualidade, tem-se conferido destaque ainda maior ao papel desempenhado pelo tribunal, na medida em que surge como o responsável por decidir as questões políticas mais significativas para o país.

Por esse motivo, a atuação do Supremo Tribunal Federal vem sendo acompanhada de perto não só pelos operadores do direito, mas igualmente pela mídia e pela sociedade em geral.

No entanto, a observação do processo decisório da corte demonstra a existência de pontos problemáticos em sua prática deliberativa. À primeira vista, chama a atenção o déficit de colegialidade. Nos casos de maior repercussão, que deveriam suscitar debates mais intensos, o que se nota é que os Ministros costumam redigir seus votos isoladamente, limitando-se a realizar sua leitura na sessão de julgamento. Ao final, o veredicto é obtido pela mera somatória dos votos individuais. Destarte, não se verifica uma efetiva interação argumentativa entre os Ministros, voltada a promover o convencimento recíproco.

Não se pode, todavia, olvidar que a qualidade da deliberação constitui um importante fator de legitimação da atividade de controle de constitucionalidade da legislação exercida pelas Cortes Constitucionais.

Ademais, em razão da tendência de se atribuir força vinculante às decisões do Supremo Tribunal Federal, e da consequente valorização de sua jurisprudência, uma deliberação adequada mostra-se essencial para possibilitar a formação de precedente que reflita o posicionamento institucional da corte.

Tudo isso demonstra a relevância de um estudo aprofundado sobre o tema. Em face deste panorama, pretende-se analisar a prática deliberativa do Supremo Tribunal Federal, identificando seus pontos falhos e oferecendo propostas voltadas ao seu aperfeiçoamento. O foco do nosso interesse reside no processo de tomada das decisões e em sua formalização, tendo como objetivo apresentar sugestões para o aprimoramento da deliberação efetuada no âmbito da corte.

Aqui cabem algumas considerações pertinentes à metodologia adotada. No presente trabalho não se empreenderá o exame de decisões específicas proferidas pelo Supremo

Tribunal Federal, tampouco da argumentação contida nos julgados ou da eficácia dos pronunciamentos da corte. Não nos pareceu oportuno expor o processo decisório do tribunal em casos selecionados, o que envolveria dificuldades de escolha e representatividade da amostragem, sendo mais conveniente delinear os contornos gerais da deliberação por ele realizada. Do mesmo modo, a suficiência dos argumentos empregados pelos Ministros ao decidir não constitui objeto de nossa preocupação. Interessa-nos a maneira como são alcançados os resultados, sob o ponto de vista da atuação colegiada, e não os fundamentos que embasam as decisões do tribunal ou os efeitos delas decorrentes.

Assim, o nosso enfoque recai sobre a deliberação no Supremo Tribunal Federal, com a descrição e a avaliação crítica da forma como as decisões usualmente são tomadas, em especial aquelas relativas à fiscalização de constitucionalidade.

Todavia, previamente à abordagem específica da deliberação realizada no âmbito do Supremo Tribunal Federal, afigura-se indispensável um intróito sobre a deliberação desenvolvida pelas Cortes Constitucionais em geral.

Diante disso, o primeiro capítulo se dedica à deliberação nas Cortes Constitucionais. Inicialmente, serão fixadas determinadas premissas conceituais, delimitando-se, por exemplo, as próprias noções de Corte Constitucional e deliberação. A par disso, serão apresentadas classificações que expressam as principais variações observadas em termos de prática deliberativa nessa seara. Com isso, será possível, no capítulo seguinte, posicionar a deliberação efetuada pelo Supremo Tribunal Federal, evidenciando-se suas características com base nos parâmetros estabelecidos pelas linhas gerais que têm guiado o processo decisório das Cortes Constitucionais.

No segundo capítulo, adentrar-se-á propriamente no exame da sistemática do Supremo Tribunal Federal. Antes, porém, mostra-se essencial ressaltar o significado de uma deliberação qualificada no contexto nacional, em que, como adiantado, busca-se conferir vinculatividade à jurisprudência da corte, mediante a instituição de mecanismos que consagram o caráter obrigatório de algumas de suas decisões. Portanto, além de a atividade deliberativa ter implicações na própria legitimação do exercício da justiça constitucional, está presente uma circunstância adicional a justificar a escolha do tema.

Na sequência, serão expostas a origem, a estrutura, a composição e a competência do Supremo Tribunal Federal, assim como o modelo brasileiro de controle de constitucionalidade. Tendo em vista que esta constitui a atribuição primordial da corte, será analisada a prática deliberativa adotada ao se proceder à fiscalização da constitucionalidade da legislação. E, encerrando este capítulo, serão sistematizadas as

críticas que têm sido endereçadas à deliberação do Supremo Tribunal Federal, pois somente com a identificação precisa de seus pontos falhos será possível apresentar propostas a título de aprimoramento do processo decisório da corte.

Nesse ponto, o conhecimento do processo decisório de Cortes Constitucionais estrangeiras pode colaborar. Realmente, ao permitir o cotejo de diferentes formas de decidir, um exame comparativo com cortes congêneres pode indicar alternativas à atual prática deliberativa do Supremo Tribunal Federal, ao colher exemplos de experiências bem-sucedidas e verificar a sua aplicabilidade ao sistema pátrio.

Desse modo, no terceiro capítulo será avaliada a experiência de determinadas Cortes Constitucionais estrangeiras. Para tanto, foram selecionados o Conselho Constitucional da França, o Tribunal Constitucional de Portugal, o Tribunal Constitucional Federal da Alemanha e a Suprema Corte dos Estados Unidos. A análise a ser efetuada de cada uma destas Cortes Constitucionais seguirá os mesmos moldes daquela realizada no tocante ao Supremo Tribunal Federal, com a exposição das principais características do tribunal, seguida da apresentação do sistema de controle de constitucionalidade acolhido pelo país, de forma a possibilitar o exame da deliberação empregada nesta seara. Na sequência, a experiência das Cortes Constitucionais escolhidas será analisada à luz da prática deliberativa nacional.

Somente no quarto capítulo, depois de assentados todos os pressupostos e reunidos os elementos que auxiliarão nesta tarefa, passa-se efetivamente à apresentação de propostas de aperfeiçoamento da deliberação do Supremo Tribunal Federal. Uma vez constatada a existência de aspectos problemáticos na prática deliberativa da corte, torna-se imprescindível encontrar uma solução para a questão. E é precisamente neste tópico que se situa o cerne de nossa contribuição para o estudo do tema.

Por fim, serão enunciadas as principais conclusões do trabalho.

CONCLUSÃO

A deliberação desempenha um importante papel na legitimação da atuação das Cortes Constitucionais em sentido amplo, assim consideradas as cortes incumbidas de realizar o controle jurisdicional de constitucionalidade com feição de definitividade, seja como um poder autônomo, seja como um tribunal de cúpula. Diante dos questionamentos que invariavelmente se colocam a respeito de sua atividade de fiscalização da constitucionalidade da legislação, haja vista que eventualmente pode resultar no afastamento de atos normativos elaborados por representantes do povo, democraticamente eleitos, argumenta-se que a deliberação qualificada que efetuam, acompanhada de uma fundamentação racional, seria responsável por conferir legitimidade democrática às Cortes Constitucionais.

Por esse motivo, o estudo da deliberação praticada por tais cortes constitui ponto central em tema de justiça constitucional. Para os fins deste trabalho, definiu-se deliberação como o processo de construção colegiada das decisões, mediante interação argumentativa entre os julgadores e busca do convencimento recíproco, e sua posterior formalização em texto que reflita o entendimento do tribunal como um todo.

Partindo desse conceito, foram apresentadas algumas classificações que refletem as principais variações observadas nesta seara, destacando-se as noções de deliberação interna e externa (se o foco é o debate entre os membros do colegiado ou o público externo), de deliberação pública ou sigilosa (com relação à publicidade do processo decisório) e de modelo *per curiam* ou *seriatim* (se é apresentada decisão única do colegiado ou se são agregadas divergências). No Supremo Tribunal Federal, a deliberação caracteriza-se como marcadamente externa, ocorrendo de maneira pública e seguindo um modelo *seriatim* puro, em que todos os Ministros podem divulgar seus votos.

Apesar de não ser objeto do nosso trabalho o exame dos efeitos das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, mas tão-somente da sua prática deliberativa, observa-se que o recente movimento de valorização dos precedentes da corte, com a introdução de mecanismos voltados à expansão da eficácia de seus pronunciamentos, torna ainda mais proeminente o estudo da deliberação no contexto brasileiro, conferindo maior realce à questão.

Com efeito, para que ocorra o efetivo fortalecimento da jurisprudência do Supremo Tribunal é imprescindível que a corte desenvolva uma deliberação qualificada, de forma que os seus comandos dotados de efeitos vinculantes sejam facilmente identificáveis.

No entanto, a atual conformação da prática deliberativa da corte não tem favorecido essa dinâmica, na medida em que, em função de suas características, não se mostra propícia à formação e à identificação de um posicionamento institucional que possa ser atribuído ao Supremo Tribunal Federal como um todo.

Em face desse panorama, o presente trabalho procurou analisar detidamente a deliberação efetuada no âmbito do Supremo Tribunal Federal com o objetivo de oferecer propostas voltadas ao seu aperfeiçoamento.

Assim, foi exposta a sistemática do Supremo Tribunal Federal, abrangendo informações sobre a corte – tais como sua origem, competências, composição e estrutura –, sobre o sistema nacional de controle de constitucionalidade – com enfoque na parcela que compete ao tribunal – e sobre a deliberação que efetua, no que toca especificamente à fiscalização de constitucionalidade da legislação.

Delimitado esse quadro geral, foram detalhadas as críticas que a prática deliberativa do tribunal tem recebido e que serão sintetizadas a seguir. As decisões são tomadas em sessões públicas, mas não se observa um efetivo debate entre os Ministros. Apesar de haver discussão entre eles sobre um ou outro ponto na sessão de julgamento, em regra o que ocorre, ao menos nos casos de maior repercussão, é a mera leitura de votos elaborados previamente pelos Ministros, de maneira isolada. Tais votos acabam juntados aos autos ainda que não expressem qualquer divergência. Como resultado, ao reunir votos individuais por vezes já bastante longos e que não dialogam entre si, as decisões finais da corte costumam ser extensas em demasia, além de não expressar um posicionamento institucional.

Para colaborar na busca de uma solução para enfrentar essa situação, recorreu-se à experiência de cortes congêneres estrangeiras, examinando-se a prática deliberativa do Conselho Constitucional da França, do Tribunal Constitucional de Portugal, do Tribunal Constitucional Federal da Alemanha e da Suprema Corte dos Estados Unidos. A escolha dessas Cortes Constitucionais foi justificada em função de representarem os principais modelos de controle de constitucionalidade, correspondendo a padrões distintos de deliberação.

Cada uma das Cortes Constitucionais selecionadas foi objeto de análise que seguiu os mesmos moldes daquela efetuada a respeito do Supremo Tribunal Federal, com a

exposição de sua configuração geral, do sistema de controle de constitucionalidade adotado pelo país e da deliberação por ela praticada relativamente à fiscalização de constitucionalidade.

Após o exame da sistemática das cortes, observou-se que, apesar de apresentarem peculiaridades em termos de prática deliberativa, em todas elas são realizadas sessões reservadas para debate entre seus integrantes, sendo as decisões finais a expressão do entendimento majoritário, e não um mero somatório de votos individuais. Esta constatação evidencia que a deliberação efetuada no âmbito do Supremo Tribunal Federal se afasta de modo significativo daquela observada nas demais Cortes Constitucionais apreciadas.

O estudo comparativo empreendido trouxe algumas sugestões para a modificação do processo decisório do Supremo Tribunal Federal, com vistas ao seu aprimoramento. Outras proposições surgiram da simples reflexão a partir da observação da prática deliberativa nacional e da identificação de seus pontos problemáticos.

Com isso, foram sistematizadas algumas propostas para o aperfeiçoamento da deliberação do Supremo Tribunal Federal, que constituem nossa contribuição ao estudo do tema.

As propostas compreendem: a adoção pelos Ministros de uma postura aberta ao debate; o enfoque na atuação colegiada voltada à obtenção de consenso; o adiantamento do voto do relator aos demais Ministros; a possibilidade de separação da sessão plenária em três etapas; a instituição de sessões de debates reservadas aos Ministros; a alteração da dinâmica da sessão de julgamento; a fixação da tese jurídica acolhida pela corte e a formalização das decisões de modo institucional.

A implementação de tais propostas pode ser obtida mediante alterações formais no processo de tomada de decisões da corte combinadas com mudanças comportamentais de seus membros. Saliente-se, porém, que inexiste uma resposta certa acerca do melhor procedimento decisório a ser adotado. Não há um único modelo de deliberação reputado como ideal. O que há são distintas formas de equacionar a questão. A opção por uma delas depende do contexto e das tradições do país.

Considerando esta premissa, neste trabalho pretendeu-se apresentar propostas que guardam pertinência com o sistema jurídico pátrio, não representando ruptura com os paradigmas internos, mas tão-somente aperfeiçoamento das atuais práticas deliberativas do Supremo Tribunal Federal.

Dessa forma, espera-se que o Supremo Tribunal Federal passe a realizar uma deliberação qualificada, respondendo adequadamente às relevantes demandas que lhe são submetidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Isadora de Sousa. **A deliberação no STF: uma análise dos acórdãos com mudança de entendimento no decorrer do julgamento.** Monografia apresentada à Escola de Formação da Sociedade Brasileira de Direito Público – SBDP, 2011. Disponível em: http://www.sbdp.org.br/arquivos/monografia/181_Isadora%20Abreu.pdf

AGRA, Walber de Moura. **A reconstrução da legitimidade do Supremo Tribunal Federal: densificação da jurisdição constitucional brasileira.** Rio de Janeiro: Forense, 2005.

ALEX, Robert; DREIER, Ralf. **Precedent in the Federal Republic of Germany.** In MACCORMICK, D. Neil; SUMMERS, Robert S. (Org.). **Interpreting precedents: a comparative study.** England: Dartmouth Publishing Company Limited, 1997.

ALMEIDA, Danilo dos Santos; BOGOSSIAN, André Martins. **“Nos termos do voto do relator”: considerações acerca da fundamentação coletiva nos acórdãos do STF.** In Revista Estudos Institucionais, vol. 2, nº 1, p. 263-297, 2016.

ALMEIDA, Guilherme da Franca Couto Fernandes de; NUNES, José Luiz; CHAVES FILHO, Luciano de Oliveira. **Explicando o dissenso: uma análise empírica do comportamento judicial do Supremo Tribunal Federal e da Suprema Corte dos Estados Unidos.** In Revista Estudos Institucionais, vol. 2, nº 2, p. 899-931, 2016.

ALVIM, Arruda. **Novo contencioso cível no CPC/2015.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

AMARAL, Maria Lúcia. **O Tribunal Constitucional e o desempenho das funções estranhas ao controle de constitucionalidade das leis.** In RAMOS, Elival da Silva; MORAIS, Carlos Blanco de (coord.). **Perspectivas de reforma da justiça constitucional em Portugal e no Brasil.** São Paulo: Almedina, 2012.

ARGUELHES, Diego Werneck; HARTMANN, Ivan A. **A monocratização do STF.** <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/a-monocratizacao-do-stf-03082015>

ARGUELHES, Diego Werneck; RIBEIRO, Leandro Molhano. **O Supremo Individual: mecanismos de atuação direta dos Ministros sobre o processo político.** In Direito, Estado e Sociedade, nº 46, p. 121-155, jan./jun. 2015.

BALEIRO, Aliomar. **O Supremo Tribunal Federal, esse outro desconhecido.** Rio de Janeiro: Forense, 1968.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. **Direito processual constitucional: aspectos contemporâneos.** Belo Horizonte: Fórum, 2008.

BARANGER, Denis. **Sur la manière française de rendre la justice constitutionnelle: motivations et raisons politiques dans la jurisprudence du Conseil constitutionnel.** Jus politicum, nº 7. <http://juspoliticum.com/Sur-la-maniere-francaise-de-rendre.html>

BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz. **Precedentes judiciais e segurança jurídica: fundamentos e possibilidades para a jurisdição constitucional brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2014.

BARROSO, Luís Roberto. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência**. São Paulo: Saraiva, 5ª ed., 2011.

BARROSO, Luís Roberto. **O novo direito constitucional brasileiro: contribuições para a construção teórica e prática da jurisdição constitucional no Brasil**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

BARROSO, Luís Roberto. **Reflexões sobre as competências e o funcionamento do Supremo Tribunal Federal**. <http://s.conjur.com.br/dl/palestra-ivnl-reflexoes-stf-25ago2014.pdf>

BARROSO, Luís Roberto. **O Supremo Tribunal Federal em 2016: o ano que custou a acabar**. <https://www.conjur.com.br/dl/retrospectiva-2016-barroso-parte.pdf>

BARROSO, Luís Roberto; OSORIO, Aline. **O Supremo Tribunal Federal em 2017: as 10 decisões mais importantes do ano**. <https://www.conjur.com.br/dl/retrospectiva-2017-barroso-parte.pdf>

BARROSO, Luís Roberto; MELLO, Patrícia Perrone Campos. **Modelo decisório do Supremo Tribunal Federal e duas sugestões de mudança**. In BARROSO, Luís Roberto (org.). **Prudências, ousadias e mudanças necessárias no STF**. <https://www.conjur.com.br/2010-dez-28/retrospectiva-2010-prudencias-ousadias-mudancas-necessarias-stf>

BARROZO, Paulo. **O Brasil precisa aproveitar a crise: três propostas para o país ter um Estado mais eficiente e justo e construir um mercado maduro e saudável, premissas para que saia maior e melhor da crise**. Revista Veja, edição 2522, ano 50, nº 12, 22 de março de 2017, p. 62-63.

BARTHÉLEMY, Joseph; DUEZ, Paul. **Traité de Droit Constitutionnel**. Paris: Librairie Dalloz, 1933.

BATEUP, Christine. **The Dialogic Promise: Assessing the Normative Potential of Theories of Constitutional Dialogue**. In Brooklyn Law Review, vol. 71, issue 3, 2006.

BAUM, Lawrence. **The Supreme Court**. Los Angeles: Sage, 12ª ed., 2016.

BEAUD, Olivier; WACHSMANN, Patrick. **Révisons la Constitution!** Le Monde Diplomatique, 11.03.2011. http://www.lemonde.fr/idees/article/2011/03/11/revisons-la-constitution_1491740_3232.html#lv5qRCmtYsSfhgvu.99

BEAUD, Olivier; WACHSMANN, Patrick. **La QPC et le procès Chirac ou les impasses de la composition du Conseil constitutionnel**. In RDA, février 2012, p. 113.

BÉCHILLON, Denys de. **Appel au calme (sur la composition du Conseil constitutionnel)**. In RDA, février 2012, p. 115.

BINENBOJM, Gustavo. **A nova jurisdição constitucional: legitimidade democrática e instrumentos de realização**. Rio de Janeiro: Renovar, 3ª ed., 2010.

BINENBOJM, Gustavo. **Duzentos anos de jurisdição constitucional: as lições de Marbury v. Madison**. Revista Brasileira de Direito Público – RBDP. Belo Horizonte, n. 18, ano 5, julho/setembro 2007. Disponível em: <http://www.bidforum.com.br/bid/PDI0006.aspx?pdiCntd=47242>

BOUDON, Julien. **Trois faiblesses de la composition du Conseil constitutionnel**. In RDA, février 2012, p. 110.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. Coimbra: Almedina, 7ª ed., 2003.

CAPPELLETTI, Mauro. **O controle judicial de constitucionalidade das leis no direito comparado**. Tradução de Aroldo Plínio Gonçalves. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2ª ed., 1992.

CHAVES, Matheus Kudlaviec. **Decisão e deliberação no Supremo Tribunal Federal: análise do processo decisório do STF a partir de acórdãos sobre direito previdenciário**. Monografia apresentada na Universidade Federal do Paraná, 2015. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/42078>

COHEN, Mathilde. **Ex Ante Versus Ex Post Deliberations: Two Models of Judicial Deliberations in Courts of Last Resort**. In American Journal of Comparative Law, vol. 62, p. 951-1007, 2014.

COSTA, José Manuel M. Cardoso da. **A jurisdição constitucional em Portugal**. Coimbra: Almedina, 3ª ed., 2007.

COSTA, Thales Morais da. **Justiça Constitucional**. In COSTA, Thales Morais da (coord.). **Introdução ao direito francês**. Curitiba: Juruá, 2009.

DAVID, René. **Os grandes sistemas do direito contemporâneo**. Tradução de Hermínio A. Carvalho. São Paulo: Martins Fontes, 4ª ed., 2002.

DAVIS, Richard. **Electing justice: fixing the Supreme Court nomination process**. New York: Oxford University Press, 2005.

DEUMIER, Pascale. **Le Conseil constitutionnel, juridiction impartiale et indépendante?** Revue trimestrielle de droit civil, juillet-septembre 2012, n° 3, p. 481-487.

FALCÃO, Joaquim. **O Supremo**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2015.

FALCÃO, Joaquim; CERDEIRA, Pablo; ARGUELHES, Diego Werneck. **O Supremo Tribunal Federal Processual**. In MARTINS, Ives Gandra da Silva; ROSSET, Patrícia;

AMARAL, Antonio Carlos Rodrigues do (org.). **Estudos: Direito Público. Homenagem ao Ministro Carlos Mário da Silva Velloso**. São Paulo: Lex Magister, 2013.

FALCÃO, Joaquim; CERDEIRA, Pablo de Camargo; ARGUELHES, Diego Werneck. **I Relatório Supremo em Números: o Múltiplo Supremo**. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2011.

FALCÃO, Joaquim; ARGUELHES, Diego Werneck. **Onze Supremos: todos contra o plenário**. In FALCÃO, Joaquim; ARGUELHES, Diego Werneck; RECONDO, Felipe (orgs.). **Onze Supremos: o Supremo em 2016**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

FALCÃO, Joaquim; HARTMANN, Ivar A.; CHAVES, Vitor P. **III Relatório Supremo em Números: o Supremo e o Tempo**. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2014.

FALSARELLA, Christiane Mina. **O Supremo Tribunal Federal brasileiro e o Conselho Constitucional francês: uma análise comparativa**. In **Temas atuais de Direito Público II: diálogos entre Brasil e França**. Rio de Janeiro : Editora Lumen Juris, 2017.

FAVOREU, Louis; GAÏA, Patrick; GHEVONTIAN, Richard; MESTRE, Jean-Louis; PFERSMANN, Otto; ROUX, André; SCOFFONI, Guy. **Droit constitutionnel**. Paris: Éditions Dalloz, 14^a ed., 2012.

FEREJOHN, John; PASQUINO, Pasquale. **Constitutional Courts as deliberative institutions: towards an institutional theory of constitutional justice**. In SADURSKI, Wojciech. **Constitutional Justice, East and West – democratic legitimacy and Constitutional Courts in Post-communist Europe in a comparative perspective**. The Hague: Kluwer Law International, 2003.

FEREJOHN, John; PASQUINO, Pasquale. **Tribunais Constitucionais como Instituições Deliberativas**. In BIGONHA, Antonio Carlos Alpino; MOREIRA, Luiz (org.). **Limites do controle de constitucionalidade**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 35^a ed., 2009.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Aspectos do Direito Constitucional Contemporâneo**. São Paulo: Saraiva, 3^a ed., 2011.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Votam os magistrados nos processos mais políticos de acordo com as linhas partidárias subjacentes à sua designação?** In RAMOS, Elival da Silva; MORAIS, Carlos Blanco de (coord.). **Perspectivas de reforma da justiça constitucional em Portugal e no Brasil**. São Paulo: Almedina, 2012.

FINE, Toni M. **Introdução ao sistema jurídico anglo-americano**. Tradução de Eduardo Saldanha. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FONTAINHA, Fernando de Castro; SANTOS, Carlos Victor Nascimento dos; CANTISANO, Pedro Jimenez; ARGUELHES, Diego Werneck; PEREIRA, Thomaz

Henrique (orgs.). **História oral do Supremo (1988-2013), v.21: Dias Toffoli**. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2017.

FONTAINHA, Fernando de Castro; SILVA, Angela Moreira Domingues da; ALMEIDA, Fabio Ferraz de (orgs.). **História oral do Supremo (1988-2013), v.4: Cezar Peluso**. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2015.

FONTAINHA, Fernando de Castro; SILVA, Angela Moreira Domingues da; NUÑES, Izabel Saenger (orgs.). **História oral do Supremo (1988-2013), v.3: Sepúlveda Pertence**. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2015.

FONTAINHA, Fernando de Castro; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; NUÑES, Izabel Saenger (orgs.). **História oral do Supremo (1988-2013), v.12: Luiz Fux**. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2016.

FONTE, Felipe de Melo. **Jurisdição Constitucional e Participação Popular: o Supremo Tribunal Federal na era da TV Justiça**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

GENEVOIS, Bruno. **La composition du Conseil constitutionnel**. In RDA, février 2012, p. 89.

GINSBURG, Ruth Bader. **The Role of Dissenting Opinions**. In Minnesota Law Review, nº 95, p. 1-8, 2010.

GROSSMAN, Joel B.; EPP, Charles R. **Agenda formation on the policy active U.S. Supreme Court**. In ROGOWSKI, Ralf; GAWRON, Thomas. **Constitutional Courts in comparison: the U.S. Supreme Court and the German Federal Constitutional Court**. New York: Berghahn Books, 2002.

HAMON, Francis; TROPER, Michel. **Droit constitutionnel**. Paris: Lextenso Éditions, 2009.

HESSE, Konrad. **Elementos de Direito Constitucional da República Federal da Alemanha**. Tradução de Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1998.

HORBACH, Carlos Bastide. **É preciso mais deliberação no Supremo Tribunal Federal?** <http://www.conjur.com.br/2013-nov-17/analise-constitucional-preciso-deliberacao-supremo-tribunal-federal>

KAPISZEWSKI, Diana. **How Courts Work: Institutions, Culture, and the Brazilian Supremo Tribunal Federal**. In COUSO, Javier; HUNEEUS, Alexandra; SIEDER, Rachel. **Cultures of Legality: Judicialization and Political Activism in Latin America**. New York: Cambridge University Press, 2010.

KELEMEN, Katalin. **Dissenting Opinion in Constitutional Courts**. In German Law Journal, vol. 14, nº 8, p. 1345-1371, 2013.

KELSEN, Hans. **Jurisdição constitucional**. Tradução de Alexandre Krug. São Paulo: Martins Fontes, 2ª ed., 2007.

KLAFKE, Guilherme Forma. **Vícios no processo decisório do Supremo Tribunal Federal**. Monografia apresentada à Escola de Formação da Sociedade Brasileira de Direito Público – SBDP, 2010. Disponível em: http://www.sbdp.org.br/arquivos/monografia/164_Monografia%20Guilherme%20Klafke.pdf

KLAFKE, Guilherme Forma; PRETZEL, Bruna Romano. **Processo decisório no Supremo Tribunal Federal: aprofundando o diagnóstico das onze ilhas**. In Revista de Estudos Empíricos em Direito, vol. 1, n° 1, p. 89-104, jan.2014.

KOMÁREK, Jan. **Questioning Judicial Deliberations**. In Oxford Journal of Legal Studies, vol. 29, issue 4, p. 805-826, 2009.

LASSER, Mitchel de S.-O.-I'E. **Judicial deliberations: a comparative analysis of judicial transparency and legitimacy**. New York: Oxford University Press, 2004.

LEAL, Roger Stiefelmann. **O efeito vinculante na jurisdição constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2006.

LEAL, Saul Tourinho. **Por dentro das supremas cortes: bastidores, televisionamento e a magia da tribuna**. In Revista Brasileira de Políticas Públicas, vol. 5, número especial, p. 538-551, 2015.

LEITE, Fábio Carvalho; BRANDO, Marcelo Santini. **Dispersão de fundamentos no Supremo Tribunal Federal**. In Direito, Estado e Sociedade, n° 48, p. 139-166, jan./jun. 2016.

MALTZMAN, Forrest; SPRIGGS II, James F.; WAHLBECK, Paul J. **Crafting Law on the Supreme Court: the collegial game**. New York: Cambridge University Press, 2010.

MARIANO, João Cura. **Reforma do processo constitucional – Mesa-redonda**. In RAMOS, Elival da Silva; MORAIS, Carlos Blanco de (coord.). **Perspectivas de reforma da justiça constitucional em Portugal e no Brasil**. São Paulo: Almedina, 2012.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Controle de constitucionalidade**. In SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2ª ed., 2013.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Precedentes obrigatórios**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2ª ed., 2011.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo Código de Processo Civil comentado**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 3ª ed., 2017.

MASSING, Otwin. **The legal assistants at the German Federal Constitutional Court: a “black box” of research? A comment**. In ROGOWSKI, Ralf; GAWRON, Thomas. **Constitutional Courts in comparison: the U.S. Supreme Court and the German Federal Constitutional Court**. New York: Berghahn Books, 2002.

MAZOR, Lester J. **The Law Clerks at the Supreme Court of the United States.** In ROGOWSKI, Ralf; GAWRON, Thomas. **Constitutional Courts in comparison: the U.S. Supreme Court and the German Federal Constitutional Court.** New York: Berghahn Books, 2002.

MCCUBBINS, Mathew D.; RODRIGUEZ, Daniel B. **When Does Deliberating Improve Decisionmaking?** In *Journal of Contemporary Legal Issues*, vol. 15, n° 9, 2006, p. 9-50.

MEDINA, José Miguel Garcia. **Juízes do Supremo Tribunal Federal são midiáticos.** <http://www.conjur.com.br/2014-jan-27/jose-miguel-medina-juizes-supremo-sao-midiaticos>

MELLO, Celso de. **Notas sobre o Supremo Tribunal (Império e República).** Brasília: Supremo Tribunal Federal, 4ª ed., 2014.

MELLO, Patrícia Perrone Campos. **O Supremo e os precedentes constitucionais: como fica sua eficácia após o Novo Código de Processo Civil.** In *Universitas JUS*, v. 26, n. 2, p. 41-53, 2015.

MELLO, Patrícia Perrone Campos. **Nos bastidores do STF.** Rio de Janeiro: Forense, 2015.

MENDES, Armindo Ribeiro. **Reforma do processo constitucional – Mesa-redonda.** In RAMOS, Elival da Silva; MORAIS, Carlos Blanco de (coord.). **Perspectivas de reforma da justiça constitucional em Portugal e no Brasil.** São Paulo: Almedina, 2012.

MENDES, Conrado Hübner. **O projeto de uma corte deliberativa.** In VOJVODIC, Adriana; PINTO, Henrique Motta; GORZONI, Paula; SOUZA, Rodrigo Pagani de (org.). **Jurisdição constitucional no Brasil.** São Paulo: Malheiros Editores, 2012.

MENDES, Conrado Hübner. **Desempenho deliberativo de cortes constitucionais e o STF.** In MACEDO JÚNIOR, Ronaldo Porto; BARBIERI, Catarina Helena Cortada (org.). **Direito e interpretação: racionalidades e instituições.** São Paulo: Saraiva, 2011.

MENDES, Conrado Hübner. **Direitos fundamentais, separação de poderes e deliberação.** São Paulo: Saraiva, 2011.

MENDES, Conrado Hübner. **Constitutional Courts and Deliberative Democracy.** Oxford University Press, 2014.

MENDES, Conrado Hübner. **Onze ilhas.** Folha de São Paulo. 01.02.2010. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0102201008.htm>

MENDES, Conrado Hübner. **Lendo uma decisão: obter dictum e ratio decidendi. Racionalidade e retórica na decisão.** Disponível em: http://www.sbdp.org.br/arquivos/material/19_Estudo%20dirigido%20-%20Ratio%20decidendi%20e%20obter%20dictum%20-%20Conrado%20Hubner%20Mendes.pdf

MENDES, Conrado Hübner. **Is it All About the Last Word? Deliberative Separation of Powers 1.** *In* *Legisprudence*, vol. 3, n° 1, p. 69-110, 2009.

MENDES, Conrado Hübner. **Not the Last Word, But Dialogue – Deliberative Separation of Powers 2.** *In* *Legisprudence*, vol. 3, n° 2, p. 191-246, 2009.

MENDES, Conrado Hübner. **Neither Dialogue Nor Last Word – Deliberative Separation of Powers 3.** *In* *Legisprudence*, vol. 5, n° 1, p. 1-40, 2011.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Jurisdição Constitucional: o controle abstrato de normas no Brasil e na Alemanha.** São Paulo: Saraiva, 2014.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Controle de Constitucionalidade e Processo de Deliberação: Legitimidade, transparência e segurança jurídica nas decisões das cortes supremas.**

http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/EUA_GM.pdf

MIRANDA, Jorge. **Teoria do Estado e da Constituição.** Rio de Janeiro : Forense, 3ª ed., 2011.

MIRANDA, Jorge. **Sobre a composição do Tribunal Constitucional português.** *In* RAMOS, Elival da Silva; MORAIS, Carlos Blanco de (coord.). **Perspectivas de reforma da justiça constitucional em Portugal e no Brasil.** São Paulo: Almedina, 2012.

MIRANDA, Jorge. **Justiça Constitucional e Democracia.** *In* **Constitucionalismo e Democracia.** FELLET, André; NOVELINO, Marcelo (org.). Salvador: Editora JusPodivm, 2013.

MORAIS, Carlos Blanco de. **Que reformas para a justiça constitucional portuguesa?** *In* RAMOS, Elival da Silva; MORAIS, Carlos Blanco de (coord.). **Perspectivas de reforma da justiça constitucional em Portugal e no Brasil.** São Paulo: Almedina, 2012.

MORAIS, Carlos Blanco de. **Justiça Constitucional: Tomo II.** Coimbra: Coimbra Editora, 2ª ed., 2011.

MOREIRA, Vital. **Le Tribunal constitutionnel portugais: le « contrôle concret » dans le cadre d'un système mixte de justice constitutionnelle.** Cahiers du Conseil constitutionnel n° 10 (Dossier: Portugal), mai 2001. <http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/francais/nouveaux-cahiers-du-conseil/cahier-n-10/le-tribunal-constitutionnel-portugais-le-controle-concret-dans-le-cadre-d-un-systeme-mixte-de-justice-constitutionnelle.52132.html>

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. **Quebrantamento de uma tradição ou o retorno ao bonham'scase?** *In* *Revista Trimestral de Direito Público.* Belo Horizonte, n° 57, abr./jun. 2014.

O'BRIEN, David M. **Institutional Norms and Supreme Court Opinions: On Reconsidering the Rise of Individual Opinions.** *In* GILLMAN, Howard; CLAYTON, Cornell W. **Supreme Court Decision-Making: New Institutional Approaches.** Chicago: The University of Chicago Press, 1999.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de. **Processo decisório no Supremo Tribunal Federal: coalizões e “panelinhas”**. In Revista de Sociologia Política, Curitiba, vol. 20, n° 44, p. 139-153, nov. 2012.

OSTROM, Brian J.; HANSON, Roger A. **Understanding and Diagnosing Court Culture**. In Court Review: The Journal of the American Judges Association, vol. 45, p. 104-109, 2009.

PEIXOTO, Leonardo Scofano Damasceno. **Supremo Tribunal Federal: composição e indicação de seus ministros**. São Paulo: Editora Método, 2012.

PEREIRA, Ana Lucia Pretto. **Política e jurisdição: alterações jurídicas nos modelos constitucionais inglês, belga e francês**. In CLÈVE, CLÈMERSON MERLIN (coord.). **Direito constitucional brasileiro – organização do Estado e dos poderes**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

PIÑEIRO, Eduardo Schenato. **O controle de constitucionalidade: direito americano, alemão e brasileiro**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2012.

POSNER, Richard A.; LANDES, William M.; EPSTEIN, Lee. **Why (and When) Judges Dissent: A Theoretical and Empirical Analysis**. In John M. Olin Law & Economics Working Paper, n° 510, January 2010.

POUILLIEUTE, Antoine. **Regard d'un Français sur le Tribunal fédéral suprême (STF)**. Cahiers du Conseil constitutionnel n° 26 (Dossier: Tribunal fédéral suprême du Brésil), août 2009. <http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/francais/nouveaux-cahiers-du-conseil/cahier-n-26/regard-d-un-francais-sur-le-tribunal-federal-supreme-stf.51497.html>

PULS, Maurício; FERRARI, Márcio. **Déficit de deliberação**. In Revista FAPESP, edição n° 243, maio 2016, p. 80-83.

QUEIROZ, Cristina. **Direito Constitucional: as instituições do Estado Democrático e Constitucional**. Coimbra: Editora Coimbra, 2009.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. **O papel dos vencidos**. In Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM, n° 242, jan. 2013.

RAMOS, Elival da Silva. **Controle de constitucionalidade no Brasil: perspectivas de evolução**. São Paulo: Saraiva, 2010.

RAMOS, Elival da Silva. **A evolução do sistema brasileiro de controle de constitucionalidade e a constituição de 1988**. In RAMOS, Elival da Silva; MORAIS, Carlos Blanco de (coord.). **Perspectivas de reforma da justiça constitucional em Portugal e no Brasil**. São Paulo: Almedina, 2012.

RAMOS, Elival da Silva. **Ativismo judicial: parâmetros dogmáticos**. São Paulo: Saraiva, 2010.

RAWLS, John. **O liberalismo político**. Tradução de Álvaro de Vita. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011.

REZEK, Francisco. **Prefácio**. In HORBACH, Beatriz Bastide; FUCK, Luciano Felício. **O Supremo por seus assessores**. São Paulo: Almedina, 2014.

RINKEN, Alfred. **The Federal Constitutional Court and the german political system**. In ROGOWSKI, Ralf; GAWRON, Thomas. **Constitutional Courts in comparison: the U.S. Supreme Court and the German Federal Constitutional Court**. New York: Berghahn Books, 2002.

RODRIGUES, Lêda Boechat. **História do Supremo Tribunal Federal. Tomo I: Defesa das Liberdades Cíveis (1891-1898)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

RODRIGUES, Lêda Boechat. **História do Supremo Tribunal Federal. Tomo II: Defesa do Federalismo (1899-1910)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

RODRIGUES, Lêda Boechat. **História do Supremo Tribunal Federal. Tomo III: Doutrina Brasileira do Habeas Corpus (1910-1926)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

RODRIGUES, Lêda Boechat. **História do Supremo Tribunal Federal. Tomo IV, vol. 1: 1930-1963**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

RODRIGUEZ, José Rodrigo. **Como decidem as cortes? Para uma crítica do direito (brasileiro)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ROGOWSKI, Ralf; GAWRON, Thomas. **Constitutional litigation as dispute processing: comparing the U.S. Supreme Court and the German Federal Constitutional Court**. In ROGOWSKI, Ralf; GAWRON, Thomas. **Constitutional Courts in comparison: the U.S. Supreme Court and the German Federal Constitutional Court**. New York: Berghahn Books, 2002.

ROUSSEAU, Dominique. **La justicia constitucional en Europa**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2002.

SABÈTE, Wagdi. **De l'insuffisante argumentation des décisions du Conseil constitutionnel**. In AJDA, p. 885, 2011.

SAINT-BONNET, François. **L'ironie du sort**. In RDA, février 2012, p. 99.

SCHAUER, Frederick. **Thinking like a lawyer: a new introduction to legal reasoning**. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

SCHMITT, Carl. **O guardião da Constituição**. Tradução de Geraldo de Carvalho. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

SCHWABE, Jürgen. **Cinquenta Anos de Jurisprudência do Tribunal Constitucional Alemão**. Organização e introdução por Leonardo Martins. Montevideu: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2005.

SEGADO, Francisco Fernández. **La giustizia costituzionale nel XXI secolo: il progressivo avvicinamento dei sistemi americano ed europeo-kelseniano**. Bologna: Cooperativa Libreria Universitaria Editrice Bologna, 2010.

SELIGMAN, Felipe; BASILE, Juliano. **STF: uma Corte que pauta e que é pautada pela imprensa**. In MENDES, Gilmar Ferreira; GALVÃO, Jorge Octávio Lavocat; MUDROVITSCH, Rodrigo de Bittencourt (org.). **Jurisdição Constitucional em 2020**. São Paulo: Saraiva, 2016.

SHELDON, Charles H. **The Incidence and Structure of Dissensus on a State Supreme Court**. In GILLMAN, Howard; CLAYTON, Cornell W. **Supreme Court Decision-Making: New Institutional Approaches**. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.

SIEYÈS, Emmanuel-Joseph. **Essai sur les privilèges et autres textes**. Paris: Dalloz, 2007.

SILVA, Virgílio Afonso da. **O STF e o controle de constitucionalidade: deliberação, diálogo e razão pública**. In Revista de Direito Administrativo, n° 250, p. 197-227, 2009.

SILVA, Virgílio Afonso da. **Deciding without deliberating**. In International Journal of Constitutional Law, vol. 11, issue 3, p. 557-584, 2013.

SILVA, Virgílio Afonso da. **Do we deliberate? If so, how?** In European Journal of Legal Studies, vol. 9, n° 2, p. 209-240, 2017.

SILVA, Virgílio Afonso da. **Um Voto Qualquer? O Papel do Ministro Relator na Deliberação no Supremo Tribunal Federal**. In Revista Estudos Institucionais, vol. 1, n° 1, p. 180-200, 2015.

SILVA, Virgílio Afonso da. **O relator dá voz ao STF? Uma réplica a Almeida e Bogosian**. In Revista Estudos Institucionais, vol. 2, n° 2, p. 648-669, 2016.

SILVA, Virgílio Afonso da. **De Quem Divergem os Divergentes: os Votos Vencidos no Supremo Tribunal Federal**. In Direito, Estado e Sociedade, n. 47, p. 205-225, jul/dez 2015.

SPRIGGS II, James F.; STRAS, David R. **Explaining Plurality Decisions**. In The Georgetown Law Journal, v. 99, p. 515-570, 2011.

STEINMETZ, Wilson; FREITAS, Riva Sobrado de. **Modelo seriatim de deliberação judicial e controlabilidade da ponderação: uma questão institucional e metodológica para o caso brasileiro**. In Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas, v. 30, n° 1, p. 221-236, jan./jun. 2014.

STRECK, Lenio Luiz. **Jurisdição constitucional e decisão jurídica**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 4ª ed., 2014.

SUNDFELD, Carlos Ari; PINTO, Henrique Motta. **Três desafios para melhorar a jurisdição constitucional brasileira**. In VOJVODIC, Adriana; PINTO, Henrique Motta;

GORZONI, Paula; SOUZA, Rodrigo Pagani de (org.). **Jurisdição constitucional no Brasil**. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.

SUNSTEIN, Cass R.; HASTIE, Reid. **Four Failures of Deliberating Groups**. In Public Law and Legal Theory Working Papers, nº 215, 2008.

TARUFFO, Michele; LA TORRE, Massimo. **Precedent in Italy**. In MACCORMICK, D. Neil; SUMMERS, Robert S. (Org.). Interpreting precedents: a comparative study. England: Dartmouth Publishing Company Limited, 1997.

TAVARES, André Ramos. **Manual do Poder Judiciário Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2012.

TAVARES, André Ramos. **Nova Lei da Súmula Vinculante: estudos e comentários à Lei 11.417 de 19.12.2006**. São Paulo: Método, 3ª ed., 2009.

TAVARES, André Ramos. **Paradigmas do judicialismo constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2012.

TORMIN, Mateus Matos. **Desempenho deliberativo e falhas deliberativas no Supremo Tribunal Federal: o esboço de um modelo de análise**. Monografia apresentada à Escola de Formação da Sociedade Brasileira de Direito Público – SBDP, 2013. Disponível em: http://www.sbdp.org.br/arquivos/monografia/212_Mateus%20Tormin%20alterada.pdf

TRIBE, Laurence. **American Constitutional Law**. New York: Foundation Press, 3ª ed., 2000.

TRIBE, Laurence. **Respecting Dissent: Justice Ginsburg's Critique of the Troubling Invocation of Appearance**. In Essays in Honor of Justice Ruth Ginsburg, fev., 2013, p. 63-66.

VALE, André Rufino do. **É preciso repensar a deliberação no Supremo Tribunal Federal**. <http://www.conjur.com.br/2014-fev-01/observatorio-constitucional-preciso-repensar-deliberacao-stf>

VALE, André Rufino do. **Formato do acórdão é obstáculo à construção de uma cultura de precedentes**. <https://www.conjur.com.br/2015-ago-01/observatorio-constitucional-formato-acordao-obstaculo-construcao-cultura-precedentes>

VALE, André Rufino do. **A Deliberação no Supremo Tribunal Federal: Ensaio sobre alguns Problemas e Perspectivas de Análise Teórica**. In FELLET, André; NOVELINO, Marcelo (org.). **Constitucionalismo e Democracia**. Salvador: Editora JusPodivm, 2013.

VEDEL, Georges. **Neuf ans au Conseil constitutionnel**. In Le débat, nº 55, p. 61-70, mars-août 1989.

VICTOR, Sérgio Antônio Ferreira. **Diálogo institucional e controle de constitucionalidade: debate entre o STF e o Congresso Nacional**. São Paulo: Saraiva, 2015.

VIEIRA, Oscar Vilhena. **Supremocracia.** *In* Revista Direito GV, n° 8, p. 441-464, jul-dez/2008.

VOJVODIC, Adriana de Moraes; MACHADO, Ana Mara França; CARDOSO, Evorah Lusci Costa. **Escrevendo um romance, primeiro capítulo: precedentes e processo decisório no STF.** *In* Revista Direito GV, n° 9, p. 21-44, jan-jun/2009.

WACHSMANN, Patrick. **L'Oracle des libertés ne parle qu'une seule fois.** Jus politicum, n° 7. <http://juspoliticum.com/L-oracle-des-libertes-ne-parle-qu.html>

WACHSMANN, Patrick. **Des chameaux et des moustiques. Réflexions critiques sur le Conseil constitutionnel.** *In* Frontières du droit, critique des droits. Billets d'humeur en l'honneur de Danièle Lochak. LGDJ, 2007, p. 279.

WALDRON, Jeremy. **The Core of the Case Against Judicial Review.** *In* Yale Law Journal, n° 115, p. 1346-1406, 2006.

WALDRON, Jeremy. **A dignidade da legislação.** Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WIELAND, Joachim. **The role of the legal assistants at the German Federal Constitutional Court.** *In* ROGOWSKI, Ralf; GAWRON, Thomas. **Constitutional Courts in comparison: the U.S. Supreme Court and the German Federal Constitutional Court.** New York: Berghahn Books, 2002.

YOUM, Kyu Ho. **Cameras in the Courtroom in the Twenty-First Century: The U.S. Supreme Court Learning From Abroad?** *In* Brigham Young University Law Review, vol. 6, 2012. Disponível em: <http://digitalcommons.law.byu.edu/lawreview/vol2012/iss6/9>